



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO: JORNALISMO

**ANÁLISE DE CONTEÚDO: A REPRESENTAÇÃO DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS NA PERSPECTIVA DO JORNAL NACIONAL**

BÁRBARA LOBATO DE OLIVINDO

RA: 2036386/ 3

PROFº . ORIENTADOR: LUIZ CLÁUDIO FERREIRA

Brasília, outubro de 2007.



BÁRBARA LOBATO DE OLIVINDO

ANÁLISE DE CONTEÚDO: A REPRESENTAÇÃO DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS NA PERSPECTIVA DO JORNAL NACIONAL

Monografia apresentada como um dos requisitos para a conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Profº Orientador: Luiz Cláudio Ferreira

Brasília, outubro de 2007.



BÁRBARA LOBATO DE OLIVINDO

ANÁLISE DE CONTEÚDO: A REPRESENTAÇÃO DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS NA PERSPECTIVA DO JORNAL NACIONAL

Monografia apresentada como um dos requisitos para a conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Profº Orientador: Luiz Cláudio Ferreira

Banca examinadora:

Profº Orientador: Luiz Cláudio Ferreira
Orientador

Letícia* a confirmar
Examinador

Jornalista Juliana Nunes
Examinador

Brasília, outubro de 2007.



Dedicatória

Dedico aos meus pais, familiares e amigos que sempre me deram apoio e incentivo à educação.

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus, pela força e sabedoria nesta trajetória.

Aos meus pais, Romualdo e Joaquina, pela formação profissional e pessoal.

Aos familiares, por me fazerem acreditar que cada passo é uma vitória conquistada.

Aos amigos que acompanharam e incentivaram meu crescimento acadêmico e profissional.

Ao meu orientador, Luiz Cláudio, pela paciência e por acreditar no meu trabalho, nos meus ideais e projetos.

Aos professores pelo conhecimento adquirido para minha formação profissional.

Resumo

Este trabalho busca compreender o papel da mídia em relação aos temas sociais no televisivo Jornal Nacional. Para isso, o trabalho vai conceituar os elementos do jornalismo, comunicação e cidadania, interesse público e manipulação na grande imprensa. O trabalho vai abordar também a construção da imagem social do negro, o histórico das comunidades quilombolas e a importância do estudo da imagem nos dias atuais. Será feita uma análise da estrutura do noticiário veiculado no jornalismo da rede Globo de televisão por meio do Jornal Nacional. A definição para o jornal global é procurar transmitir informações corretas ao maior número de cidadãos. Além disso, o presente trabalho pretende abordar como é feita a relação do negro na mídia.

Palavras-chave: Comunicação, Cidadania, Imagem, Quilombolas, Jornal Nacional.

Sumário

Introdução	8
1 Jornalismo e Sociedade.....	10
1.1 Manipulação da Informação	13
1.2 A responsabilidade social do jornalismo	15
2 Identidade afrodescendente e mídia.....	18
2.1 Formação da identidade negra: comunidades quilombolas	20
2.2 Comunidades quilombolas: há direitos?	22
2.3 A central Globo de Jornalismo	24
2.4 A produção da notícia: o Jornal Nacional.....	25
3 Análise e discussão dos resultados.....	27
3.1 Metodologia	27
3.2 As matérias do Jornal Nacional	28
3.2.1 Suspeitas de fraude em terra que vai ser reconhecida como quilombola – Primeira matéria do Jornal Nacional.	28
3.2.2 Inkra promete apurar denúncias de fraude no Recôncavo Baiano – Segunda matéria do Jornal Nacional.	31
3.3 Discussão dos Resultados.....	34
Conclusão.....	37
Referências Bibliográficas:.....	38

Introdução

O desenvolvimento da sociedade democrática sempre é relacionado com a liberdade de imprensa. Desde o nascimento do jornal – meados do século XVII – há uma grande discussão entre profissionais e integrantes da sociedade sobre o que é ou não notícia. Já no século XIX, a seleção de notícias veicula nos noticiários tem sofrido várias críticas devido aos avanços tecnológicos. O resultado é que há um crescente desequilíbrio entre a notícia disponível e a utilizável.

Temas sociais quase nunca têm um resultado positivo veiculado na mídia. A exemplo disso, questões indígenas ou abordagens infantis ficam para segundo (as vezes, terceiro) plano. O presente trabalho pretende trazer à tona a questão dos remanescentes dos quilombos no Jornal Nacional, considerado o principal veículo de informação televisivo brasileiro. Questões de *como o discurso é construído e qual o foco é dado à matéria* é o que se pretende discutir neste trabalho.

A intenção de propor esta pesquisa surgiu a partir de duas matérias veiculadas pelo noticiário nos dias 14 e 15 de maio. A primeira com seis minutos e nove segundos e a segunda matéria com três minutos e 54 segundos. Uma enquete sugerida pelo Jornal Nacional no dia 27 de junho de 2007 fez a seguinte pergunta: O que você acha dos pedidos de reconhecimento de comunidades como remanescentes de quilombos?

Cerca de 100 pessoas responderam o questionário e 80 das opiniões expressadas eram favoráveis à titulação de terras e à preservação da cultura dos quilombos. É o que reflete a opinião de Pablo Pontes, de Paraty (RJ):

“Fico feliz em ver que a maioria das opiniões aqui é a favor do reconhecimento das terras quilombolas. Este é um direito justo que os descendentes dos quilombolas originais reivindicam. Nas comunidades que conheço, existe um forte senso comunitário e preservação das tradições culturais dos quilombos. O INCRA [*Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*] deve trabalhar mais e mais na regularização fundiária dos quilombos.”

O estudo pretende analisar se as matérias jornalísticas foram preconceituosas ou tendenciosas em relação à reivindicação territorial e cultural dos remanescentes de quilombos.

Esse estudo é importante para a área de comunicação social, pois vai abordar como a grande mídia trata das questões sociais de grupos minoritários no país. O primordial para um veículo de comunicação é fornecer a notícia da forma mais imparcial e equilibrada para manter a pluralidade de uma sociedade.

O estudo pretende trabalhar também a força da imagem sobre a reportagem. A imagem, nos tempos modernos, oferece-se totalmente e apressada. Quase não há tempo para o espectador examinar e analisar a mensagem recebida.

Há 35 anos, o Jornal Nacional (JN), principal produto jornalístico da TV Globo, é líder de audiência no horário das 20h. É assistido por cerca de 80 milhões de pessoas todo o dia. A linha editorial é definida pelo diretor-executivo de jornalismo Ali Kamel. .

1 Jornalismo e Sociedade

Para a mestre em Comunicação Social Márcia Yukiko Matsuuchi Duarte o debate sobre a potencialidade da comunicação é um exercício da democracia no Brasil. Mas, segundo ela, o “problema da cidadania no Brasil não se limita á dimensão política, enquanto direito, mas em se definir quem poder exercê-la e em que termos”.

No Brasil, a aquisição de direitos em nível legal foi uma grande conquista da sociedade e de seus movimentos, mas a democratização do campo socioeconômico ainda tem um longo caminho a ser percorrido, pois são enormes os problemas gerados pela concentração de renda, a precariedade da formação cultural e o difícil acesso à educação formal básica, e a limitada participação política na discussão e definição dos temas de interesse coletivo (PERUZZO, 2003, P286-287)

Tendo base a citação feita, a autora defende que a solução dos problemas comuns à sociedade brasileira passa necessariamente pela participação política e pela vivência comunitária. “Dessa forma, pode-se entender a comunicação como instrumento indispensável na construção de uma cidadania ativa, que luta para ver concretizada as práticas democráticas” (2007, p.100).

A qualidade de um material jornalístico, segundo Michael Kunczik em Conceitos de Jornalismo, deve se basear na informação profissional e procurar informar de modo imparcial e não manipulador.

Bentele (1982, pp. 135) enumera alguns procedimentos e comportamentos a se aplicar nos noticiários:

- ✓ informar sem emoções;
- ✓ informar de modo desapaixonado;
- ✓ selecionar palavras neutras para descrever o contexto;
- ✓ empregar citações diretas; citar fontes contraditórias;
- ✓ preservar evidências adicionais;
- ✓ estruturar na seqüência apropriada (designação de importância relativa, localização etc.).

Apesar do padrão sugerido para a notícia – a objetividade – muitos jornalistas consideram que não há como exigir tal situação de uma matéria jornalística. O exemplo é do jornalista da televisão alemã Franz Alt (1982):

Minha experiência também me ensina: objetivo é aquilo que agrada, que é útil, que alguém quer escutar, que confirma a opinião de alguém. Espectadores e partidos políticos, igrejas e sindicatos, empresários e grupos de ação cívica, esquerdistas e direitistas, não consideram objetivo aquilo que não lhes agrada, que usurpa seus próprios interesses, que não queiram escutar, que não coloca em dívida sua própria opinião.

Já o jornalista Scheneider (1984, pp. 242 ss) oferece várias sugestões para melhor a produção da notícia:

Não informar sobre pronunciamentos que careçam de valor informativo; sobrepujar as manobras dos estrategistas dos meios de comunicação que tentam a todo custo inserir-se no noticiário; não produzir um “jornalismo de recortes”, mas proporcionar reportagens profundas (ainda que estas possam ser acusadas por falta de objetividade); não divulgar pseudo-informações, ou pelo menos não colocá-las em primeiro plano (enquanto não se souber como classificá-las). Mas não oferece nenhum critério prático para distinguir entre “pseudo-informações” e informações verdadeiras.

Para Matsuuchi, “canais de comunicação colaboram para a manutenção do bom funcionamento do mecanismo de representação, pois são capazes de estimular a participação (em oposição à passividade) dos cidadãos e solidificar uma cultura democrática e flexível (em vez de autoritária e dogmática) nas classes políticas, incentivando o diálogo entre representantes e representados” (2007, p.101).

Na opinião de Antônio Albino Canelas Rubim, “os maiores obstáculos à realização da cidadania plena hoje são a desigualdade social e a concentração de poder” (2003).

Matsuuchi completa a idéia dizendo que “a comunicação é hoje o ponto de partida e de encontro para o processo de reaprendizado da cidadania. O direito à comunicação é matéria discutida fóruns nacionais e internacionais e, diante da multiplicidade de demandas e necessidades em que se expressa a construção da democracia” (2007, p.105).

A autora ressalta ainda que “o Brasil sofre, ainda, a influência da conjuntura internacional que exaltava a questão dos direitos humanos. Em suma, as ações coletivas nos anos 70 e 80 foram alavancadas pelo desejo de se redemocratizar a

Nação, pela participação popular e para atender aos interesses imediatos dos indivíduos e dos grupos sociais.”

A relação entre a mídia e a comunidade é fundamental para o desenvolvimento do homem na sociedade. Por isso, Roger Silverstone afirma que “a relação entre comunidade e mídia é fundamental. E talvez, desde o início, com o aparecimento de uma imprensa nacional, o equilíbrio entre as comunidades construídas pelas experiências do face-a-face, pelas continuidades de uma sociedade imóvel e pelo partilhar de espaço físico e cultura material e aquelas construídas pelo que podemos chamar de imaginário tem se alterado” (2002, p. 184).

Estudar a mídia, para Silverstone, é conhecer profundamente as relações existentes entre ela e a sociedade em três esferas: expressão, refração e crítica. “As bases familiares para a criação e a manutenção da comunidade em toda a modernidade estão começando a se erodir. Nisto, a mídia é central, pois fornece os recursos simbólicos tanto para as mudanças como para a resistência à mudança” (2002, p. 195)

“Trata-se tão-somente de poder, é claro. O poder que a mídia tem de estabelecer uma agenda. O poder que ela tem de destruir alguém. O poder de enganar. O poder de mudar o equilíbrio de forças: entre Estado e cidadão, entre produtor e consumidor. Trata-se do poder da mídia de criar e sustentar significados; de persuadir, endossar, reforçar” (2002, p. 263).

Kunczik reforça a crítica e diz que a maioria dos jornalistas são práticos, lhes faltando assim a teoria.

“Os jornalistas não adaptam os seus conhecimentos a nenhum contexto teórico maior, mas dependem de sua experiência com os acontecimentos reais. Em consequência, os jornalistas tratam muitos fatos sociais e políticos de maneira totalmente irrefletida e os dão por conhecidos, ou seja, não fazem certas perguntas nem prevêm determinados problemas” (2002, p. 233).

A crítica feita é que da forma como os acontecimentos são apresentados. O leitor-ouvinte-espectador é exposto a fatos sem comentários ou análises adicionais, o que, segundo Kunczik, ajudaria a criar um quadro da realidade.

1.1 Manipulação da informação

Segundo Perseu Abramo (1988, p 23), uma das principais características do jornalismo brasileiro, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação.

“A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. A relação entre a imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real” (1988, p. 24).

A notícia, na verdade, é um produto, na avaliação de Furio Colombo (1998, p. 65):

Quem trabalha com notícias tende a confrontar-se com uma pergunta que tormenta não só os leitores mas os próprios técnicos da informação: porque têm as notícias, ou pelo menos algumas notícias, tendência para circularem em grupo? É fácil constatar. Há notícias (a degradação da vida urbana, a marginalidade, a disseminação da droga, o crime organizado, os maus tratos a crianças, a revolta violenta dos filhos contra os pais e crimes conexos) que por períodos inteiros dominam as crônicas nacionais ou as páginas internacionais repetindo-se intensamente e com força, para depois desaparecerem no momento em que o próprio assunto, tratado em pormenor durante alguns dias com entrevistas e pareceres de peritos, de repente deixa de ter aceitação.

Segundo ele, quanto mais as pessoas se apaixonarem por um assunto, personagem ou acontecimento, mais notícias se criarão em redor desse acontecimento.

Abramo demonstra a manipulação da informação em quatro padrões: ocultação, fragmentação, inversão e indução.

Na ocultação, o autor refere-se à ausência e à presença dos fatos na produção de notícias na imprensa.

Padrão de ocultação é decisivo e definitivo na manipulação da realidade: tomada a decisão de que um fato “não é jornalístico”, não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência por meio da imprensa. O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa. (1988, p. 26 – 27)

Quando se fala em padrão da fragmentação, Abramo diz que fatos considerados não jornalísticos são apresentados ao receptor como o “real estilhaçado, desligado dos seus antecedentes e de seus conseqüentes” (1988, p. 27).

“A fragmentação da realidade em aspectos particularizados, a eliminação de uns e a manutenção de outros e a descontextualização dos que permanecem são essenciais, assim, à distorção da realidade e à criação artificial de uma outra realidade” (1988, p. 28).

Já o padrão de inversão no jornalismo é definido pelo autor como “a informação [que] pode às vezes assumir caráter tão abusivo e absoluto que passa a substituir a realidade real até os olhos do próprio órgão de informação” (1988, p. 32).

Segundo ele, não é incomum perceber que às vezes os responsáveis pelos órgãos cometem erros – algumas vezes involuntários – porque passaram a acreditar integralmente nas matérias do próprio órgão, sem perceber que elas não correspondem à realidade.

O padrão da indução é descrito por Abramo como a “hábil combinação dos casos, dos momentos, das formas e dos graus de distorção da realidade submete, em geral e em seu conjunto, a população à condição de excluída da possibilidade de ver e compreender a realidade real e a induza a consumir outra realidade, artificialmente inventada” (1988, p. 33). Dessa forma, o receptor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja.

Alguns assuntos jamais, ou quase nunca, são tratados pela imprensa, enquanto outros aparecem quase todos os dias. Alguns segmentos sociais são vistos pela imprensa apenas sob alguns ângulos, enquanto permanece na obscuridade toda a complexa riqueza de suas vidas e atividades. Alguns personagens jamais aparecem em muitos órgãos de comunicação, enquanto outros comparecem abusivamente à sociedade, com uma irritante e enjoativa freqüência. Alguns aspectos são sistematicamente lembrados na composição das matérias sobre determinados grupos sociais, mas igualmente evitados de forma sistemática quando se trata de outros. Depois de distorcida, retorcida e recriada ficcionalmente, a realidade é ainda assim dividida pela imprensa em realidade do campo do *Bem* e realidade do campo do *Mal*, e o leitor/ espectador é induzido a acreditar não só que seja assim, mas que assim será eternamente, sem possibilidade de mudança. (1988, p.34 – 35).

1.2 A responsabilidade social do jornalismo

O jornalista é independente, dinâmico e duro, como o detetive particular. Luta imperturbavelmente num cenário de suborno, corrupção, crime e outros vícios humanos e atos fraudulentos. Qual lobo solitário na selva da maldade do comércio e da política, é valente, incorruptível, responsável, humanamente probo – e descobre a verdade. (MICHAEL KUNCZIK. 2002, p.151).

É assim que Kunczik descreve o jornalismo como profissão: a ilusão da profissão livre.

Muitos dos jovens que ingressam no jornalismo acham que estão escolhendo uma profissão “livre”, no sentido de que é principalmente ele mesmo quem determina o seu trabalho. Como se fosse uma espécie de gênio completo, nascido para o jornalismo, que trata dos temas mais variados e interessantes. Hoje descobre um escândalo de corrupção, amanhã comenta um importante problema social e um tema da política nacional (quem sabe até dando um bom conselho ao governo). No dia seguinte reúne-se com os políticos importantes e os líderes da indústria etc. Os jornalistas novatos que têm esses conceitos idealizados podem sofrer um choque com a realidade. O dia normal de trabalho do jornalista é algo completamente diverso. (2002, p. 153).

Kunczik diz que não se pode esquecer que os jornalistas são empregados que têm que se submeter à hierarquia da sala da redação e aceitar os níveis de autoridade. “A maioria dos jornalistas são empregados assalariados como qualquer outro, com tudo o que isso implica” (2002, p.174).

E ressalta ainda que “é típico encontrar um segundo mecanismo de seleção; quer dizer, a sala de redação escolhe o jornalista e o contrata depois de conhecê-lo. Somente depois de transpor estas duas barreiras é que se inicia a socialização efetiva no trabalho” (2002, p. 175).

E a profissão tida como “livre” é ética? Para o jornalista Alberto Dines, em *Ética, Cidadania e Imprensa*, a resposta é que Ética (na esfera de conduta e deveres profissionais) deve ser estudado numa disciplina apropriada, claramente definida e relacionada com a práxis, o exercício e o uso profissional. (2002, p. 15).

“Juntando Ética e Legislação muitas escolas acabam entregando a disciplina a um bacharel que ignora solenemente os fundamentos e a história

da Ética, fixando em questões puramente jurídicas e, o que é pior, amparado numa legislação defasada e incompleta. Por aí vemos como está mal-estruturado o ensino do jornalismo no Brasil” (2002, p. 16). No Brasil, a profissionalização do jornalismo tem início durante o Estado Novo e só foi concluída em 1969, com a aprovação da Lei de Imprensa.

Bill Kovach e Tom Rosentiel dizem que há nove itens fundamentais para o exercício do jornalismo:

1. A obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina de verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência. (2003, p. 22 – 23).

O público tem o direito de saber, o jornalista a missão de o fazer saber. A meta principal do jornalismo é contar a verdade de forma que as pessoas disponham de informação para a própria independência. Na avaliação dos autores, a imprensa é considerada como o espelho da sociedade por muitos estudiosos. Mas, segundo eles, “essas explicações tornam os jornalistas passivos, meros reprodutores dos fatos em lugar de selecioná-los ou editá-los” (2003, p. 67).

Seja sigilo ou inabilidade, a falha dos jornalistas em articular bem os fundamentos de seu ofício provoca desconfiança na população, levando-a a acreditar que a imprensa engana a si própria ou esconde alguma coisa. Esta é uma das razões pelas quais a discussão sobre objetividade acabou virando uma armadilha. O termo ficou tão mal compreendido e batido que quase sempre desvirtua uma discussão séria. Do jornalista nunca se esperou objetividade. Trata-se, isso sim, de seu método de trabalho. Hoje, contudo, em parte porque os jornalistas não conseguem explicar bem sua profissão, nosso entendimento contemporâneo dessa questão, objetividade, ainda é bastante confuso. Apesar de tudo isso há pouca dúvida de que os jornalistas acreditam estar envolvidos na busca da verdade – não só da livre expressão ou do comércio. De fato, devemos estar envolvidos nessa busca, pois isso é o que a sociedade espera de nós. (2003, p. 67).

Ainda de acordo com os autores, o jornalista deve lutar pra uma cobertura que busque, com todo empenho, dar ao leitor o máximo de informação para que ele próprio tire suas conclusões. É preciso apurar direito os fatos e dar-lhe sentido. (2003, p. 72).

O jornalismo é uma prática discursiva que tende sempre a ser a expressão de realidade. E, para o mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Josenildo Luiz Guerra, “ a sociedade, enquanto um conjunto de indivíduos que partilham de uma existência comum e se vêem reciprocamente cobrados a respeitar um mínimo de normas de conduta, embora em posições perspectivas diferentes, estabelece como regra fundamental do jornalismo a fidelidade aos fatos no discurso cotidiano que dirige ao público” (1998, p. 115).

Bill Kovach e Tom Rosentiel acreditam que todos os jornalistas – de redação à sala da diretoria – devem ter um sentido pessoal de ética e responsabilidade:

Inúmeras barreiras dificultam a tarefa de produzir notícias exatas, justas, equilibradas, dirigidas ao cidadão, independentes e corajosas. O esforço, porém, começa mal quando não existe uma atmosfera que permita às pessoas desafiar as idéias em circulação, as percepções e os preconceitos. É preciso que os jornalistas se sintam livres, até mesmo encorajados, a falar em alto e dizer: “Esta matéria me parece racista”, “Chefe, você está tomando a decisão errada”. Somente numa redação onde todos possam emitir seus diversos pontos de vista as notícias terão alguma possibilidade de antecipar e refletir, com exatidão, as crescentes e diversas perspectivas e necessidades da cultura americana. (2003, p. 274).

Na avaliação dos autores, em resumo, para aqueles que praticam o jornalismo, existe de fato na profissão um aspecto moral. Na condição de público, ressaltam os autores, somos levados pelas decisões que os jornalistas tomam sobre o que investigar e como investigar, e somos também levados na nossa escolha de noticiários por uma combinação sutil de razões, sendo que esse sentido moral é parte de tudo. Estamos procurando informação, mas também estamos procurando confirmação, autoridade, honestidade e a certeza de que os jornalistas têm como prioridade, acima de tudo, nossos interesses. (2003, p. 279).

2 Identidade afrodescendente e mídia

Nunca foi fácil falar de racismo e de discriminação etnorracial. Segundo Rogério Diniz Junqueira, o entendimento da questão racial brasileira requer esforços que transcendam as ciosas fronteiras de diferentes áreas do conhecimento. Não raro defini-se “etnia” com base lingüística, ou seja, fazendo coincidir as fronteiras da “etnia” com as da “língua”. (2003, p. 181).

Por este conceito, Muniz Sodré considera, por um lado, inviável a aplicação de raça a seres humanos, a não ser se empregado como uma nação culturalmente (e jamais biologicamente) marcada. (1999, p. 193 – 194). Mas, por outro lado, o autor tampouco considera suficientemente científico o termo “etnia”, pois, segundo ele, “seus marcadores conceituais (língua, mentalidade, costumes, etc.) apenas culturalizam ou espiritualizam o que na idéia de raça é primordialmente biologia. (1999, p. 195).

Para Junqueira, o conceito de raças adotado por movimentos negros brasileiros tendem a considerar “raça” enquanto uma realidade biológica, mas vêm como um conceito político, cuja aplicação social revelou-se, inclusive, um instrumento de desumanização e de promoção de privilégios e desigualdades. Os movimentos consideram, no entanto, que o conceito de etnia poderia ofuscar o que o de raça poderia melhor especificar no contexto de seus enfrentamentos políticos – quando falam, por exemplo, de “radicalidade de fenótipo”. (2003, p. 183).

No Brasil, os diversos regimes autoritários sempre tiveram caprichosamente o cuidado de reprimir os que ousavam problematizar as ideologias racistas aqui adotadas ou lutar contra os mecanismos e as práticas de discriminação étnica e racial. O movimento negro foi recebido com suspeitas e acusado, entre outras coisas, de valer-se de “ideologias exóticas” ou “alienígenas” por meio das quais inventavam “um problema racial inexistente” ou, mais prosaicamente, de que perigo o Estado sempre soube se valer de sua autoridade e energia. (2003, p. 183).

O mito da democracia racial no Brasil está assentado na suposta inexistência de mecanismos jurídicos de segregação e na afirmação de que não se levantaram

barreiras à ascensão social do negro, dada a ausência de preconceito e de discriminação. (2003, p. 186).

Segundo Junqueira, a pobreza negra no Brasil está tão “naturalizada” no terreno das representações sociais que, quando um negro é visto “fora de seu lugar”, por exemplo, ao volante de um carro de luxo, costuma suscitar as suspeitas da polícia ou, no melhor dos casos, vira alvo de comentários dos passantes: “Deve ser o motorista, cantor de pagode ou jogador de futebol”. (2003, p. 188).

“As relações e estruturas sociais que constituíram a ordem social escravocrata implicavam as mais diversas formas de discriminação racial e operavam no sentido de manter a posição e as relações existentes entre as ‘raças’ dos senhores e aquelas dos escravos. Ao negro era proibido o acesso a papéis sociais que pressupunham prerrogativas que lhes eram vedadas pela condição social e pela cor. As elites, contudo, desde cedo aprenderam a abrir exceções para alguns indivíduos negros ou mulatos” (2003, p. 190).

Ainda de acordo com o autor, no século XIX – últimos anos da escravatura – eram oferecidas poucas alternativas de inserção ao negro que se libertava legalmente do jugo escravista. “Abandonado à própria sorte, alternava mendicância e trabalho temporário. Não raro, o ex-escravo tinha que recorrer a roubos, agressões, assaltos, fugas e bebedeiras, já que no mundo dos senhores não havia mecanismos para atender às suas necessidades e anseios. Quando conseguia trabalho era mal pago e identificado com a escravidão”. (2003, p. 190).

De acordo com Junqueira, no âmbito da reatualização hegemônica do mito da democracia racial, pode concorrer ainda um sem números de estratégias. Uma delas é, em nome do alto grau de miscigenação etnoracial no Brasil, apelar a uma suposta inexistência do negro e, com isso, pôr em dúvida a validade de políticas de ação afirmativa em favor de um negro que, segundo tais estrategistas, talvez, seja difícil, impossível ou inútil identificar.

Mas, para o jornalista Ali Kamel, a adoção de cotas raciais traz à tona vários questionamentos, entre eles se a “adoção de cotas raciais para o ingresso de estudantes negros e pardos nas universidades é um remédio que se justifica de fato?”. Kamel diz que “uma vez adotadas políticas de preferência para um grupo, logo surgem políticos propondo a adoção de ações similares para outros grupos, sempre em busca de votos”. (2006, p. 90).

Para ele, “os negros brasileiros não precisam de favor. Precisam apenas de ter acesso a um ensino básico de qualidade, que lhes permita disputar de igual para igual com gente de toda a cor”. (2006, p. 95).

2.1 Formação da identidade negra: comunidades quilombolas

Ao longo da escravidão e da pós-emancipação em várias sociedades coloniais e pós-coloniais nas Américas não faltam evidências sobre variadas formas de protesto. Fugas, justiçamentos de feitoras e senhores, revoltas nas fazendas, insurreições urbanas, quilombos etc. Dentre vários movimentos sociais, destaca-se as fugas coletivas e as formações de comunidades de fugitivos, conhecidas como quilombolas e mocambos. É assim que mestre e doutor em História, Flávio dos Santos Gomes, traduz a formação do negro nas comunidades quilombolas.

O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. O tipo de organização social criado pelos quilombos estava tão próximo do tipo de organização então dominante nos Estados africanos que, ainda que não houvesse outras razões, se pode dizer, com certa dose de segurança, que os negros por ele responsáveis eram em grande parte recém-vindos da África, e não negros crioulos, nascidos e criados no Brasil. Os quilombos, desse modo, foram – para usar a expressão agora corrente em etnologia – um fenômeno *contra-aculturativo*, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos. (2006, p. 12. Ibid., p. 27, grifos do autor)

Ainda de acordo com o autor, a única alternativa para impedir a comunicação entre negros escravos de fazendas vizinhas era trancar as senzalas. “A única alternativa indicada era fechar a senzala durante a noite. Sabiam que nessa hora – provavelmente de madrugada – diversos cativos evadiam-se de suas senzalas, indo se encontrar com outros em propriedades próximas ou então nos cafezais.” (2006, p. 141). Outra forma de comunicação entre os escravos, segundo Gomes, surgia quando alguns escravos, com a permissão ou não de seus senhores,

freqüentavam tabernas, vendas e feiras locais para comerciar os produtos excedentes de suas roças.

Os fazendeiros procuravam em diversos momentos reelaborar políticas de domínio, visando ao controle da população escrava. Isso não aconteceu sem a percepção e, mais, a interferência dos cativos. Entre medos, retaliações, barganhas, repressões etc., senhores e escravos modificaram lenta e profundamente os contornos do mundo em que viveram. (2006, p. 244).

Entretanto, o medo não desapareceu por completo da mente dos senhores. Alguns procuravam inclusive adotar práticas de incentivo visando a obter maior controle sobre os escravos. Para os cativos, no entanto, assim como a fuga para os quilombos e o planejamento de insurreição podiam fazer parte de seus sonhos para conseguir a liberdade, também o agenciamento de práticas de incentivo entrava em suas estratégias de sociabilidade e enfrentamento contra o domínio senhorial. Em vez de mundos diferentes, representavam a extensão um do outro, onde podiam lutar em torno de maior autonomia e acesso às terras. Nesse sentido, o que começava no interior das senzalas se estendia aos quilombos, ao passo que as variadas formas do alcance das mãos reescravizadoras de fazendeiros e autoridades reforçavam o enfrentamento cotidiano nas plantações, ajudando assim a modificar as vidas escravas e as relações senhoriais. A interação dos mundos dos quilombolas e das senzalas transformava profundamente a vida dos que permaneciam escravizados. (2006, p. 246 – 247).

Em variadas situações, escravos fugiram, formaram quilombos, promoveram insurreições e revoltas, além de experiências multifacetadas de protesto cotidiano, nas quais incluíam formas de sociabilidade e cultura material. Procuraram, fundamentalmente, reorganizar e transformar os mundos em que viviam. Muitos desses homens e mulheres, trabalhadores escravizados – com expectativas e perspectivas variadas –, procuraram conquistar liberdades e intervir nos sentidos da escravidão. Tendo como eixo as transformações e as reelaboração das formas de protesto e políticas de domínio nos quilombos nas últimas décadas da escravidão, é possível avaliar até que ponto as ações de assenzalados e aquilombados estavam vinculadas às expectativas de acesso à terra e ao controle do produto dela. (2006, p. 248 – 249).

Fugir, aquilombar-se, matar senhores e feitores, sabotar a produção, fazendo corpo mole ou danificando ferramentas e máquinas, planejar insurreições, provocar incêndios nas lavouras e outras tantas formas que podiam incluir aspectos religiosos e simbólicos da cultura constituíram algumas das atitudes dos cativos não só em resposta ao domínio senhorial, mas fundamentalmente na constituição das comunidades de senzalas. (2006, p. 280).

De acordo com Gomes, a escravidão não pode ser considerada como um processo harmonioso entre negros escravos e os senhores donos de fazendas. “Existiram sim, enfrentamentos e embates quase sempre permeados pela violência. Até o mais cruel dos senhores sabia que a manutenção de seu plantel dentro de condições de trabalho insuportáveis (falta de higiene, alimentação etc.) e castigos exagerados de feitores inescrupulosos poderia pôr em perigo não só toda a produção, como também a própria vida e a de seus familiares. Para os escravos, períodos de enfrentamentos provisórios e temores passageiros, apesar das retaliações e represálias, podiam significar momentos propícios para alargar seus espaços em busca de autonomia dentro da escravidão e de formação de suas comunidades de senzalas.” (2006, p. 282).

A história, mostrada por meio de personagens, revela a forma como homens e mulheres escravizados – a despeito da intolerância e truculência cotidiana a sociedade escravista – tentaram reorganizar, seja nos quilombos ou não, suas vidas, comunidades, culturas e famílias. (2006, p. 312).

As experiências dos quilombos e outras tantas não terminaram com o fim jurídico da escravidão, mas permaneceram na longa duração das pós-emancipação, de um lado na luta pelo acesso à terra, contra os senhores da terra, e, de outro, na fuga da proletarização dos camponeses diante das políticas públicas. (2006, p. 313).

2.2 Comunidades quilombolas: há direitos?

De acordo com a mestra em Comunicação Midiática, Vanessa de Oliveira, e doutora em Comunicação e Cultura, Elisângela Mortari, os quilombolas foram constituídos a partir de processos diversos em todo o país, como “fugas, heranças, doações e até compras de terras, por parte de escravos, em pleno vigor do sistema

escravista no país. O território que ocuparam identifica-se com sua história de busca pela liberdade e pela autonomia” (2006, p. 3).

A partir de 1988, quando a Constituição Brasileira reconheceu às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras é que a questão ganhou espaço na discussão pública e política do país. De acordo com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), há atualmente no Brasil, 3.524 comunidades quilombolas identificadas. Dessas, 585 têm processos abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a titulação de terras, seja pública ou privada. A Fundação Palmares certificou 1.170 comunidades como remanescentes de quilombos. Até agora, só 31 comunidades foram tituladas.

O livro **Comunidades Quilombolas: Direito à Terra** informa que o “legislador constituinte de 1988, com base nas reivindicações populares de um modo geral, e mais especificamente nas do Movimento negro, inovou no sentido dos direitos humanos de todos os brasileiros. A carta magna garante, no artigo 5º, os direitos e deveres individuais e coletivos, na perspectiva da prevalência de que ‘todos são iguais perante a Lei’ “. (2002, p. 9).

A partir de 1988, são reconhecidos como integrantes do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial nos termos comandados pelo artigo 216, o qual no parágrafo 5º, do inciso V, determina: *Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos*. Avançando na proteção dos direitos de comunidades negras, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) consagra que: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*. (2002, p. 10).

Para que o Estado emita títulos de que trata o artigo 68 do ADCT, é preciso, primeiro, que defina com precisão, por meio de decreto, quem será beneficiado pelo programa, e quais terras serão objeto de outorga. É incontestado que o comando está dirigindo à proteção das comunidades quilombolas e das terras por eles ocupadas. No entanto, é preciso que sejam fixados os critérios para qualificar uma determinada comunidade como tal, tornando-a elegível para os fins da norma; bem como a forma por meio da qual as terras envolvidas serão demarcadas. (2002, p. 114).

Na verdade, é mesmo desejável que haja critérios distintos para determinação da terra que será objeto da outorga, os quais devem levar em conta as características da comunidade e sua localização. (2002, p. 115).

No caso da comunidade quilombola localizar-se em terra particular, tal propriedade deve ser previamente desapropriada para que haja a nova titulação em nome da comunidade. (2002, p. 117). O poder Público, para garantir às comunidades quilombolas a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando, no caso de elas pertencerem a particulares, deve lançar mão do processo de desapropriação, com fundamento no art. 216 da Constituição Federal. O referido processo de desapropriação é de nítido interesse social, com fundamento constitucional e será feito em benefício de comunidades quilombolas. (2002, p. 118).

Segundo o livro, o artigo 68 do ADCT cria a obrigação para União e Estados construírem políticas públicas destinadas ao reconhecimento das comunidades quilombolas, bem como para a delimitação, demarcação e titulação de suas terras. O descumprimento desse dever gera uma inconstitucionalidade por omissão, a ser suprida pelos mecanismos próprios previstos na Constituição Federal. Do ponto de vista dos beneficiários da norma, eles têm o direito de exigir do Poder Público um programa de regularização fundiária para assentamento e para preservação das comunidades e da cultura quilombola, o qual irá fazer as definições necessárias para determinar a aplicação da norma constitucional, delimitando o universo de beneficiados, bem como estabelecendo critérios para a delimitação das áreas envolvidas, com a adoção das providências prévias que se fizerem necessárias. (2002, p. 119).

2.3 A Central Globo de Jornalismo

A era das comunicações teve um grande avanço no país nas décadas de 1950 e 1960. Em 1965 a comunicação no Brasil foi marcada pela inauguração da TV Globo no mês de abril e a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em setembro. (Jornal Nacional, 2004, p. 17).

O surgimento, em 1969, do Jornal Nacional, primeiro telejornal em rede, foi pioneiro no processo de disseminação da notícia televisiva. A mudança do jornalismo da TV Globo surgiu em setembro de 1966 quando o jornalista Armando

Nogueira assumiu a direção do departamento de jornalismo televisivo da empresa. Quando tomou posse, Nogueira ampliou a produção com mais equipamentos e contratando mais jornalistas. De acordo com Nogueira, ra difícil contratar bons profissionais para a produção de notícias na TV. Nas palavras dele, havia um “grande preconceito contra a televisão, considerada muito superficial, mais um veículo de entretenimento do que informação”. Decidiu, então, investir em jovens profissionais. Uma das principais apostas foi Alice-Maria Tavares Reiniger, que começou na Globo como estagiária e, em pouco tempo, se tornou braço direito de Nogueira. Em 24 anos, Nogueira e Reiniger comandaram, juntos, o jornalismo da Rede Globo. (Jornal Nacional, 2004, p. 17-18).

O primeiro telejornal da TV Globo, o Tele Globo, era exibido em duas edições: uma às 12h e outra às 19h. Em janeiro de 1966, o jornal passou a ter uma edição única: às 13h. O diretor de jornalismo Nogueira pôs fim á interferência que existia de agências de comunicação na produção de notícias e em março de 1967 criou o Jornal da Globo. Em 31 de agosto o Jornal da Globo saiu do ar para ceder espaço ao Jornal Nacional. (Jornal Nacional, 2004, p. 18).

Em setembro de 1969, quando o Jornal nacional estreou, a TV Globo detinha a liderança absoluta de audiência: apresentava nove entre os dez programas mais assistidos no Rio de Janeiro e três entre os dez de São Paulo. Em 1971, a Rede Globo passou a exibir os dez programas mais assistidos nas duas capitais.

No início da década de 1970, a Rede Globo tinha espalhado pelo país cerca de 150 profissionais produtores de notícia (editores, locutores, repórteres e cinegrafistas) para produzir o principal noticiário televisivo: o Jornal Nacional.

2.4 A produção da notícia: o Jornal Nacional

A primeira equipe do Jornal nacional era formada por quase 30 pessoas. O Jornal Nacional surgiu para competir com o Repórter Esso, da extinta TV Tupi.

O telejornal era parte estratégica de um ambicioso projeto de Walter Clark e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, Boni, para transformar a Globo na primeira rede de televisão do Brasil. O objetivo era gerar uma programação uniforme para todo o país, diluindo, assim, os custos de produção dos programas. (Jornal Nacional, 2004, p. 28).

No início o Jornal Nacional tinha apenas 15 minutos de duração. O noticiário ia ao ar de segunda-feira à sábado. As edições eram divididas em três partes: local, nacional e internacional. As manchetes eram lidas alternadamente por dois apresentadores de maneira rápida e ágil. (Jornal Nacional, 2004, p. 33).

Como o Jornal Nacional foi o primeiro telejornal a ser exibido em rede para todo o país, a equipe de jornalismo da TV Globo teve que desenvolver o conceito de noticiário nacional, ainda existente na televisão brasileira. Dessa forma, uma série de critérios e foi formulada para atender a demanda do consumo de notícias em âmbito nacional. (Jornal Nacional, 2004, p. 38).

As matérias deveriam ser de interesse geral e não regionais ou particularistas. Os assuntos tinham que chamar tanto a atenção do telespectador de Manaus quanto de Porto Alegre. Era necessário não superdimensionar uma região em detrimento de outra, pensar sempre em como determinada nota poderia repercutir em estados diferentes. Num país continental, com tantas diferenças regionais, era uma tarefa difícil, e a equipe teve que ir aprendendo aos poucos. Como havia editores oriundos de várias regiões, a troca de idéias era sempre enriquecedora para todos. (Jornal Nacional, 2004, p. 39).

O texto do Jornal Nacional, apesar de manter um certo grau de formalidade, sempre buscou um tom coloquial e o fácil entendimento, se afastando da pomposidade que até então caracterizava o telejornalismo. Em geral, era feito de frases curtas e simples, pois o noticiário era pra para ser lido de forma alternada pelos apresentadores. (Jornal Nacional, 2004, p. 62).

A idéia de fazer um telejornal de caráter nacional, semelhante aos que já existiam nos Estados Unidos, foi muito debatida por toda a direção da TV Globo. Uma vez aprovada a proposta, a então editora Alice-Maria reuniu-se com técnicos da Embratel para discutir a viabilidade do projeto. Diante da complexidade da operação, justificava-se um certo receio: gerar um jornal em rede apresentava riscos, em todos os sentidos.

Não houve uma reunião para a escolha do nome do novo telejornal: Jornal nacional surgiu naturalmente. Uma decorrência do fato de que seria um programa jornalístico para alcançar todo o país. (Jornal Nacional, 2004, p. 28).

3 Análise e discussão dos resultados

3.1 Metodologia

Este trabalho utiliza a metodologia da análise de conteúdo, que é definida por Berelson (1952 apud BARDIN, 1977, p. 94), como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Segundo Laurence Bardin (1977, p. 95), a análise de conteúdo é organizada em torno de três pólos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

A pré-análise possui três momentos: a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Esta etapa tem por objetivo a organização da exploração sistemática de documentos (BARDIN, 1977, p. 100).

A administração do material tem como objetivo analisar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. Envolve o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria) (BARDIN, 1977, p. 110).

No tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados brutos são tratados de maneira a se tornarem significativos e válidos. Operações estatísticas simples permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais põem em destaque as informações fornecidas pela análise.

Este trabalho vai fazer uma análise temática do programa televisivo Jornal Nacional, veiculado pela empresa Globo de comunicação. O tema escolhido foi os direitos das Comunidades Quilombolas. Foram analisadas três matérias sobre o assunto, nos meses de maio e junho de 2007.

Foram analisados os tons das matérias (positivo, negativo ou neutro), tipo de mensagem (reportagem, entrevista), tipo de fontes (governamentais, civis ou especialistas), e se o tempo dado às fontes que eram a favor ou contra os direitos.

3.2 As matérias do Jornal Nacional

O *site* do Jornal Nacional lançou uma enquete com a seguinte pergunta:

“O que você acha dos pedidos de reconhecimento de comunidades como remanescentes de quilombos?”

Até o dia 27 de junho, cerca de 100 pessoas responderam. Mas apesar da série de reportagens da Globo sugerindo fraudes em alguns processos de regularização e questionando a legitimidade da legislação vigente, a maioria das respostas se manifestou favorável às comunidades quilombolas. É o que reflete a declaração no *site* de Pablo Pontes, de Paraty (RJ):

“Fico feliz em ver que a maioria das opiniões aqui é em favor do reconhecimento das terras quilombolas. Este é um direito justo que os descendentes dos quilombolas originais reivindicam. Nas comunidades que conheço existe um forte senso comunitário e preservação das tradições culturais dos quilombos. O INCRA deve trabalhar mais e mais na regularização fundiária dos quilombos, mas o governo não quer deixar.”

Pablo Pontes. Paraty, RJ, Brasil

<http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,MUU2785-3610,00.html>

3.2.1 Suspeitas de fraude em área que vai ser reconhecida como quilombola – Primeira matéria do Jornal Nacional

14.05.2007

A primeira reportagem veiculada pelo Jornal Nacional foi de suspeitas de fraude em uma comunidade quilombola localizada no Recôncavo Baiano (BA). O Jornal Nacional destinou seis minutos e nove segundos ao assunto. De segunda-feira à sábado o Jornal Nacional ocupa espaço na programação de 45 minutos. O jornal começa às 20h15 e termina às 21h.

Esta primeira reportagem foi sobre a suspeita de fraude em um documento usado para o reconhecimento e titulação de terras da comunidade quilombola São Francisco do Paraguaçu. Segundo o documento mostrado na matéria, o vilarejo onde foi pedido o reconhecimento da comunidade quilombola se chama Freguesia do Iguape.

Do início da reportagem até um minuto e 33 segundos, o repórter José Raimundo fez uso de três personagens para analisar se houve ou não a existência de escravos na região. A primeira entrevistada Arlinda Pereira teve um seis segundos para responder de forma negativa a pergunta do repórter “A senhora já ouviu falar na Freguesia do Iguape”. O segundo entrevistado foi Eronildes da Roça. O repórter usou a idade do entrevistado – 86 anos – para exemplificar que não sabia da existência de escravos na região. O repórter perguntou se algum parente do entrevistado era escravo, e Eronildes respondeu que não. O tempo para Eronildes na matéria foi de 15 segundos.

Para mostrar sobre cultura africana em São Francisco do Paraguaçu, o repórter mostra que o documento alega a preservação da cultura como a dança típica de nome maculelê. O repórter pergunta a dois pescadores se algum deles conhece a dança ou se já ouviu falar. Em cinco segundos os dois entrevistados falaram que não sabiam o que era o maculelê.

O repórter ainda ressaltou que o documento reforça a idéia da existência de escravos no local. Segundo o documento mostrado pelo repórter, escravos teriam trabalhado na região para a construção de engenhos de cana de açúcar que não existem mais. Aqui o repórter usou 35 segundos para mostrar tópicos do documento.

Só no tempo de um minuto e 34 segundos é que o repórter mostra o documento. Junto ao documento – o pedido de reconhecimento da comunidade quilombola – há 57 assinaturas. De acordo com a reportagem, as assinaturas são de pessoas que se auto definiram como descendentes de escravos (quilombolas). Na matéria o repórter afirma que a maioria das assinaturas são de pescadores e que os mesmos assinaram o papel para outra finalidade.

De acordo com o pescador entrevistado, Alex da Cruz Santos, ele assinou o papel a fim de solicitar recursos financeiros para aquisição de canoas. O pescador teve 13 segundos para dizer que “Essa assinatura aqui é minha: Alex da Cruz Santos. Eu assinei esse papel aqui para vir o projeto da canoa para a gente. Ele

usou o nome da gente, isso aqui é uma mentira”. No tempo destinado da matéria ao pescador não fica claro quem mentiu para usar as assinaturas. Também não é mostrado quem solicitou as assinaturas.

Em dois minutos e 18 segundos de matéria corrida, a reportagem mostra o líder comunitário Anselmo Ferreira. Em um diálogo que durou 28 segundos, o líder disse que os moradores tinha consciência de eram descendentes de escravos, mas que foi feito uma montagem no documento para desviar o objetivo.

Anselmo Ferreira é o líder dos moradores que se dizem descendentes de quilombolas. Ele coordenou o projeto que pediu o reconhecimento.

Repórter: todas as pessoas que assinaram sabiam que era para o reconhecimento?

Anselmo: sabiam.

Repórter: não é o que elas falam.

Anselmo: sabiam, sim.

Repórter: isso é um abaixo assinado dos pescadores pedindo canoa.

Anselmo: então fizeram montagem.

Repórter: e quem fez a montagem?

Anselmo: não sei.

(Jornal Nacional – 14/ 5/ 2007).

Ao fim dessa entrevista, a matéria já tem dois minutos e quarenta e cinco segundos. Ainda não foi dita a origem do documento e o líder comunitário desconhece o conteúdo, mas não as assinaturas.

Segundo a matéria, o documento foi aceito pela Fundação Palmares – órgão do governo responsável por emitir certificação às comunidades quilombolas no país. O entrevistado foi o ex-presidente da Fundação, Ubiratan Castro. O ex-presidente da Fundação falou em 22 segundos que emitiu a certidão para reconhecer a comunidade quilombola com base nos documentos apresentados a ele.

A matéria mostra que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é responsável por reconhecer e titular as comunidades quilombolas. O repórter diz que as informações sobre o processo de certificação não foram esclarecidas, mas que o processo de reconhecimento que cabe ao Incra está em fase de conclusão. A reportagem não deixa claro como funciona o processo de certificação emitido pela Fundação Palmares e de como funciona o processo de reconhecimento e titulação feito pelo Incra.

O superintendente do Incra na Bahia, José Vieira Leal, falou em 28 segundos que o Instituto já tem dados fundiários e elementos processuais que comprovam a existência de um quilombo na região baiana.

O repórter aponta que a área reconhecida como quilombola pelo Incra é de 5 mil hectares. Segundo reportagem, a família do fazendeiro Ivo Santana tem posse de terras há cerca de 150 anos. Em 30 segundos o fazendeiro diz que é impossível que as pessoas que reivindicam terras sejam quilombolas. De acordo com o fazendeiro, na matéria, “na década de 30 a escravatura já tinha sido abolida”.

Ainda segundo o repórter, há fragmentos da Mata Atlântica no Recôncavo Baiano. Na avaliação do repórter, a verdadeira intenção dos moradores que solicitam o reconhecimento da comunidade é na madeira extraída da floresta.

Toda semana, dois caminhões saem carregados. O lavrador Pedro de Jesus dirige um dos caminhões.

Repórter: você é descendente de quilombola?

Pedro de Jesus: sou.

Repórter: você faz parte do grupo que ocupou essa fazenda?

Pedro de Jesus: sim.

Repórter: e essa madeira vocês estão tirando para vender onde?

Pedro de Jesus: eu não sei, só faço conduzir.

Repórter: mas você sabe que é proibido derrubar a mata atlântica.

Pedro de Jesus: com certeza.

(Jornal Nacional – 14/ 5/ 2007).

A conversa entre o repórter e o lavrador durou 38 segundos. Na entrevista não fica claro que a intenção do grupo de lavradores é sobre a madeira. Ele diz que conduz a madeira, mas não informa para onde e a mando de quem faz isso.

3.2.2 Incra promete apurar denúncias de fraude no Recôncavo Baiano – Segunda matéria do Jornal Nacional

15.05.2007

A matéria repercute com fontes oficiais do governo sobre a denúncia de irregularidades no reconhecimento de uma comunidade quilombola no Recôncavo Baiano. A matéria tem três minutos e 54 segundos. O um minuto e dez segundos iniciais da matéria foi usado para mostrar o resultado da investigação feita pela

equipe de repórteres do Jornal Nacional. Segundo a matéria, há contradições entre o pedido de reconhecimento e o que dizem os moradores de São Francisco do Paraguaçu.

A edição feita pela matéria anterior para lembrar o fato, o Jornal nacional destinou três segundos para a resposta do morador Eronildes da Roça dizer que não é descendente de escravo. A matéria usou o personagem para generalizar os outros moradores do local com a frase: “Nem os mais antigos se consideram descendentes de quilombolas”.

Em 13 segundos a reportagem mostrou o documento, com alegação de conter indícios de fraude, para o reconhecimento da comunidade quilombola. No processo de edição das imagens da notícia anterior, a matéria ressaltou a opinião do pescador Anselmo da Cruz Santos: “Ele usou o nome da gente. Isso aqui é mentira”. Logo após essa declaração, a edição, ainda com imagens da notícia anterior, mostra a resposta do líder comunitário Anselmo Ferreira: “Deixa eu ver. Fizeram montagem, mas não sei quem foi”.

No tempo de um minuto e dez segundos da matéria corrida, o repórter José Raimundo reforça a ideia de que a intenção dos moradores locais é desmatar a região da Mata Atlântica. Segundo a reportagem, a área está sendo ocupada por “supostos descendentes de escravos”. A sonora do repórter para fazer a denúncia do desmatamento durou 25 segundos.

De acordo com a matéria, O Incra informou que os 5 mil hectares requeridos pelas pessoas que se dizem descendentes de quilombolas tem 16 fazendas. E dessas, duas ainda não foram vistoriadas. Na matéria, o repórter informa que o Ministério Público vai investigar a denúncia feita pelo Jornal Nacional.

Em 25 segundos, a matéria mostrou o que pode acontecer caso a denúncia seja comprovada. Segundo a reportagem, o procurador regional de minorias e direitos do cidadão, Sidney Madruga, vai solicitar os documentos originais para descobrir se houve uso de “má fé” e de quem partiu tal intenção.

A matéria mostra de um minuto e 59 segundos à dois minutos e quinze segundos (dezesseis segundos no total) quantas comunidades foram reconhecidas oficialmente como remanescente de quilombos. A matéria diz ainda que há cerca de 500 processos em andamento para o reconhecimento das comunidades.

Em 15 segundos o presidente da Fundação Palmares, Zulu Araújo, informou na matéria que o Estado brasileiro tem uma dívida com os descendentes de escravos.

“Se, por ventura, tenha corrido alguma irregularidade pontual, ela não inviabiliza esse procedimento, porque na verdade reconhecer o remanescente do quilombo, é reconhecer uma dívida secular que a sociedade brasileira e que o Estado brasileiro têm para com aqueles que foram escravizados durante 400 anos”, (Jornal Nacional – 15/ 7/ 2007).

Na matéria, de acordo com o sub-secretário de Política para Comunidades Tradicionais, Carlos Eduardo Trindade, órgãos do governo se comprometeram a estudar o caso. E, caso haja indícios de fraudes, serão tomadas “medidas que forem necessárias”. O sub-secretário teve um tempo de fala de 14 segundos.

Já um historiador e professor da Universidade Federal da Bahia, Carlos Líbano, disse, em 25 segundos que o decreto presidencial de 2003 que defende o reconhecimento e titulação de terras para comunidades quilombolas pode ser um facilitador de fraude.

Apesar do título da reportagem **ser Incra promete apurar denúncias de fraude no Recôncavo Baiano**, só no fim da matéria é que o presidente do Instituto, Rolf Hackbart, se manifesta.

E, em 30 segundos o presidente do Incra não fala em investigações:

“Todo trabalho técnico, feito pelo grupo de antropólogos, técnicos do Incra, agrônomos, ele é público, ele tá à disposição, os relatórios estão à disposição, o Ministério Público nos acompanha, e quem não concordar com o trabalho do Incra tem os recursos. Nós queremos tranquilidade e paz no campo”. (Jornal Nacional – 15/ 7/ 2007).

3.3 Discussão dos Resultados

As duas matérias do Jornal Nacional analisadas neste trabalho contabilizam 9 minutos e 53 segundos. Destes, 80 segundos foram destinados para a entrevista com fontes oficiais com opiniões contrárias ao reconhecimento das comunidades quilombolas. As fontes oficiais do governo a favor do reconhecimento tiveram 95 segundos para manifestar opinião favorável ao reconhecimento. Apesar das fontes oficiais favoráveis à titulação terem 15 segundos a mais que as fontes contrárias, as citações do repórter sobre a suspeita de fraudes seguido do uso de personagens teve um minuto e cinco segundos. A opinião e avaliação do repórter prevaleceu em dois minutos e seis segundos.

Com base nessas considerações, entende-se que a matéria feita pelo Jornal Nacional não foi totalmente clara e objetiva. O Jornal não informou a origem do documento que levou à denúncia do pedido de reconhecimento de terras para os quilombolas do Recôncavo Baiano. Além disso, o Jornal nacional fez denúncias de que a comunidade local estava interessada na matéria-prima da Mata Atlântica, mas em nenhum momento mostrou para onde e quem era o responsável pelo desmatamento.

O Jornal Nacional é considerado o telejornal mais influente no Brasil, atingindo mais da metade da população brasileira.

Em entrevista ao *site* de notícias Agência Brasil da estatal Radiobrás, o presidente da Fundação Palmares, Zulu Araújo, informou que a Comissão de Sindicância, criada para estudar o caso, trabalhou em torno de 45 dias. Durante este período foram ouvidas autoridades; dirigentes anteriores da Fundação Cultural Palmares; representantes do estado da Bahia, que participaram do processo; e por fim, a Comissão de Sindicância se deslocou para a comunidade São Francisco do Paraguaçu, onde permaneceu por três dias. Além disso, ouviu 17 lideranças na comunidade, entrou em contato com o Incra, acompanhou a elaboração do laudo antropológico e, nas palavras do presidente do Incra, a “Fundação Cultural Palmares pode afirmar, de maneira categórica, de que não houve qualquer processo de fraude na comunidade de São Francisco do Paraguaçu, no que diz respeito ao reconhecimento como remanescente de quilombos, feito pela Fundação”.

“Dos 1170 processos até hoje de reconhecimento não há nenhuma prova e nenhum indício de que houve fraude nem na solicitação, nem nos procedimentos

feitos pela Palmares. Até porque o processo é muito simples: o processo de auto-reconhecimento é a comunidade quem faz a solicitação. É ela que se reúne, é ela que encaminha à Fundação Cultura Palmares a solicitação. E o que nós fazemos? O que fazemos na verdade é um cadastro e através desse cadastro é que nós apresentamos a certificação”, informou Araújo.

De acordo com a antropóloga Camila Dutervil, em entrevista ao *site* de notícias Carta Maior, a região do Recôncavo Baiano foi ocupada por escravos que trabalharam nos canaviais que começaram a ser plantados no século XVI e na construção do Convento de Santo Antônio, concluído no final do século XVII, em cujo interior está enterrada uma família de portugueses, senhores das usinas de cana Cotinga e do Engenho da Peninha. A Antropóloga trabalha na comunidade e informou que a área onde foi construído o convento corresponde a duas sesmarias de terra e foi doada aos padres franciscanos pela família proprietária do engenho. De acordo com ela, durante a construção do convento muitos negros que teriam fugido do trabalho árduo e se refugiado na mata. A partir desse ponto é que se iniciou o processo de formação do quilombo.

A Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), entidade representativa dos quilombolas no país, informou com assessoria que há existência da comunidade e de pessoas assumidas como remanescentes de quilombos no local.

O Jornal Nacional respondeu as acusações em nota para a reportagem do *site* da Carta Maior:

"A equipe formada por três profissionais experientes da TV Bahia passou três dias na região de São Francisco do Paraguaçu. Ouviu aposentados, pescadores, moradores antigos do vilarejo - e também o coordenador do movimento, que pede que a área seja reconhecida como remanescente de quilombo, Anselmo Ferreira. Em entrevista, Anselmo não soube explicar a origem das assinaturas do abaixo-assinado que foi entregue à Fundação Palmares. A grande maioria da população local não concorda com o projeto. Ficou claro que os moradores desconhecem a atividade artesanal do tempo dos escravos, as danças herdadas da África. Desconhecem também o nome que eles teriam criado para a área: Quilombo Freguesia do Iguape. A equipe mostrou, com imagens, que os últimos fragmentos de Mata Atlântica no Recôncavo Baiano já começaram a ser destruídos, antes mesmo

do reconhecimento oficial como área que teria pertencido a escravos refugiados. Um crime ecológico que demonstra interesses comerciais na proposta do movimento".

Segundo a sub-secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Givânia Silva, as críticas feitas pelo Jornal Nacional são infundadas, pois a mídia tem questionado o processo da auto definição. Segundo Givânia, critério da auto definição é legal e está assegurado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“Há um desconhecimento da sociedade brasileira como um todo do que são os quilombos, das manifestações culturais e ainda remonta isso a uma coisa do passado. Então ficam querendo encontrar elementos [*na atualidade*] de situações como se o tempo não tivesse passado”, disse Givânia.

A sub-secretária ressaltou ainda que o Brasil sofre com problemas relacionados á legalização de terras. “A questão da terra no Brasil sempre foi e será um aspecto de conflito. Então, quando você vê mais de três mil grupos identificados, se auto-definindo, e o governo sinaliza com a possibilidade real de incluir pela primeira vez essas camadas para a efetivação de uma política, é óbvio que vai ferir interesses, interesses dos madeireiros, interesses dos fazendeiros, interesses de muita gente que nunca imaginou e nunca foi capaz de perceber o dano que o próprio Estado causou à população negra no nosso país.”

Conclusão

Este trabalho mostrou alguns elementos para o exercício de u jornalismo para o desenvolvimento da sociedade. Também abordou a manipulação da informação na grande imprensa e a questão do negro e das comunidades quilombolas na perspectiva do Jornal nacional da rede Globo de televisão.

É importante mostrar ao telespectador-ouvinte-leitor as informações e forma clara e direta, além de mostrar opiniões distintas sobre o assunto. Para Perseu Abramo é preciso fazer jornalismo com o máximo possível de objetividade. “Mais ainda é desejável fazê-lo porque essa é a única forma de reduzir ao máximo o erro involuntário e impedir a manipulação deliberada da realidade” (p. 41, 1988).

Não é necessário estender-se na demonstração de que, na sua imensa maioria, os principais órgãos de comunicação no Brasil de hoje são propriedade da empresa privada. A discussão a ser levantada é a que possa levar á compreensão por que os empresários da comunicação manipulam e distorcem a realidade. (Abramo, p. 42, 1988).

Apesar do Jornal Nacional oferecer um jornalismo isento á sociedade, foi comprovado que, pelo menos nas matérias em relação aos quilombolas, fez uma comunicação tendenciosa. A matéria fez uma denúncia sobre o reconhecimento de uma comunidade quilombola, mas não mostrou como obteve o documento. Ignorou também a veracidade do documento apresentado, uma vez que o líder comunitário denunciou como fraudulento.

Também apontou que a região de Mata Amazônica está incluída no território que os quilombolas reivindicam Mas em nenhum momento provou isso, seja por meio da Fundação Palmares ou por meio do Incra.

Conclui-se então, que embora o jornal televisivo busque levar informação de maneira isenta, existem questões políticas e sociais que interferem na criação de pautas e na edição dos jornais.

A análise feita neste projeto teve como objetivo avaliar a comunicação feita pelo Jornal Nacional aos interesses da sociedade. O trabalho será entregue à central de jornalismo da Rede Globo com intuito de auxiliá-los a avaliar o desenvolvimento do jornal.

Referências Bibliográficas:

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Presses Universitaires de France., 1977.

DUARTE, Jorge – organizador. Vários autores. Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público, 2007.

ZAHAR, Jorge. Jornal nacional: a notícia faz história/ Memória Globo, 2004.

WOODROW, Alain. Informação, manipulação. 2ª edição: março de 1996.

SILVERSTONE, Roger. Why study the Media? (título original), 1999.

FASA, Faculdade de Ciência Sociais Aplicadas. Revista: universitas// comunicação, 2003.

KAMEL, Ali. Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor, 2006.

KUNCZIK, Michael. Conceitos de jornalismo: Norte e Sul, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro, 2006.

SUNDFELD, Carlos Ari – organizador. Comunidades Quilombolas: Direito à Terra, 2002.

ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa, 1988.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo, 2003.

PAIVA, Raquel – organizadora. Ética, cidadania e imprensa, 2002.

MORTARI, Elisangela C. Machado e OLIVEIRA, Vanessa de. Quilombos contemporâneos: a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra, 2006.

GUERRA, Josenildo Luiz. Premissas para uma teoria do jornalismo, 1998.

GUERRA, J. L.. Premissas para uma Teoria do Jornalismo. In: II Lusocom - Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, 1998, Aracaju. Anais - II Lusocom - Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, 1998.

JORNAL NACIONAL. São Paulo, 2007. Disponível em <http://jornalnacional.globo.com/>, acessado entre os dias 14 e 15 de maio de 2007.

AGÊNCIA BRASIL. Brasília, 2007. Disponível em www.agenciabrasil.gov.br, acessado no dia 24 de setembro de 2007.

CARTA MAIOR. Brasília, 2007. Disponível em www.cartamaior.com.br acessado no dia 17 de maio de 2007.